

# Ulysses passa a coordenar articulações entre partidos para definir a Constituição

CRISTIANA MENDES LOBO

BRASILIA — Quando os debates esquentaram, na segunda quinzena de julho, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, avisou: "Agora vou mergulhar na negociação para termos uma boa Constituição". Desde então intitulou-se coordenador das articulações políticas, não só do PMDB como de todos os partidos.

Esta sua decisão foi logo posta em prática. Dois dias depois da Convenção Nacional do PMDB — que o absorveu intensamente —, Ulysses reuniu em sua casa o Relator Bernardo Cabral e várias lideranças partidárias para discutirem os temas polêmicos, deixando de lado o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (disse depois que se esquecera de chamá-lo).

Naquele momento, Ulysses estava mesmo disposto a ocupar o espaço que, a rigor, deveria pertencer a Covas: o de condutor das negociações entre as correntes do PMDB e, numa segunda fase, com os demais partidos. Em sua casa, na Península dos Ministros, passou a reunir grupos de constituintes para aferir posições, mediar e avançar no entendimento. Afinal, uma preocupação ele vem manifestando desde o início dos trabalhos da Constituinte: o calendário fixado deve ser fielmente cumprido para que, em 15 de novembro, seja promulgada a nova Carta.

Nessas reuniões, tem demonstrado sua grande capacidade de ouvir. Ele pouco fala. Insiste na idéia de que a nova Constituição deve atender aos anseios da sociedade, mas evita entrar diretamente no debate.

— O doutor Ulysses fala pouquíssimo, não diz o que pensa e, geralmente, segue a média — conta um dos mais assíduos frequentadores das reuniões.

Outro participante diz que uma das preocupações de Ulysses, no momento, é surgir como "o pai do entendimento", uma vez que no primeiro semestre dos trabalhos da Constituinte as disputas entre grupos foram acirradas e chegaram a deixar seqüelas: o Líder Mário Covas viu-se em dificuldades para participar de reuniões desse tipo, em função dos desentendimentos no próprio partido nas fases das subcomissões e comissões temáticas.

— Eu sabia que, naquele momento, alguém tinha que botar o nariz de fora. Eu sabia das conseqüências, mas tinha consciência de que essa era uma função que eu tinha de assumir — comenta hoje Covas, sem condenar a iniciativa de Ulysses de comandar as negociações.

No comando dessas reuniões, Ulysses usa a mesma estratégia que aplica nas reuniões do PMDB: lança o tema em debate, deixa que apareçam os aliados naturais e constata a média do pensamento das lideranças. Só depois que a minoria "apanha" no debate, ele se manifesta, seguindo o pensamento majoritário.

— Ele nunca se queima numa reunião. Na condição de Presidente da

Constituinte, da Câmara ou do Partido, ele tem o direito de falar por último e sentado — revela com bom humor outro frequentador.

O Deputado Ulysses Guimarães está permanentemente ligado aos problemas da Constituinte. Mesmo durante os dias em que ficou no exercício da Presidência da República, enquanto o Presidente Sarney fez visita oficial ao México, ocupou-se de comandar reuniões com lideranças partidárias sobre questões da Constituinte. Nos dias em que não participou diretamente das reuniões, falou por telefone várias vezes ao dia com os que nelas estavam.

Com a experiência de quem preside o PMDB há mais de 20 anos e ocupa pela segunda vez a Presidência da Câmara, Ulysses tem técnicas particulares para presidir reuniões: ele jamais mistura problemas e tem o cuidado de ouvir várias pessoas sobre o assunto em discussão.

Agora, por exemplo, consciente da nítida divisão no PMDB

sobre o mandato do Presidente Sarney e sistema de Governo, ele não coloca nunca os dois temas em discussão. Não é o momento. Acredita, porém, que é preciso avançar nos entendimentos sobre outros temas. Ele foi beneficiado pelo pensamento majoritário, no momento, em favor do entendimento na Constituinte.

Ulysses tem sempre sua opinião pessoal sobre o tema que põe em discussão, mas a guarda a sete chaves. E, se o pensamento da maioria do Partido for diferente, ele não hesita em mudar de posição, contam seus mais próximos correligionários. Um exemplo observado por um político que pertence à cúpula do PMDB comprova: Ulysses deu seu beneplácito à proposta do Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) de prorrogar o mandato dos atuais prefeitos, feita quando relatava a Subcomissão da Organização do Estado. Numa reunião com peemedebistas, ficou claro que a maioria do Partido era frontalmente contra a idéia. Ulysses, então, passou a combatê-la.



Quando tem uma opinião sobre um determinado tema e não pretende ceder, Ulysses usa outra estratégia: "fabrica" uma maioria. Isso, lembram peemedebistas, aconteceu quando se discutia o mandato do Presidente Sarney. Ulysses chamou para uma reunião os Líderes do PMDB — Luiz Henrique (na Câmara), Fernando Henrique Cardoso (no Senado) e Mário Covas —, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e vários outros políticos cuidadosamente escolhidos. Todos, com exceção de Covas e do Deputado Euclides Scalco (PR), defendiam o mandato de cinco

anos. Para esta reunião foi convidado — pela única vez — o Senador José Richa (PR), amigo íntimo de Covas e defensor de cinco anos. Os "especialistas em Ulysses" fazem uma leitura: a presença de Richa teve o objetivo de mostrar a Covas que nem mesmo seu fiel amigo o seguia naquela tese.

Nas discussões dentro do PMDB, Ulysses, nas raras ocasiões em que usa da palavra, faz a defesa das teses partidárias, e os temas que mais o preocupam, no momento, são o fortalecimento do Poder Legislativo alinhado a um sistema presidencialista de Governo; que se assegure a possibilidade de uma participação popular, com o envio de emendas populares; e a modernização do Poder Judiciário.

O jurista Miguel Reale Júnior, que está assessorando o Deputado Ulysses Guimarães nos trabalhos da Constituinte, revela: "Sua grande preocupação é que não saia uma Constituição prolixa, que não esbanje em texto e, também, que não entre em temas não constitucionais".

O Senador Fernando Henrique Cardoso, que tem participado das reuniões e trabalhado como relator adjunto do Deputado Bernardo Cabral, diz:

— O doutor Ulysses acha que a Constituição deve ser mais simples, enxuta. Ele está atento à realidade política do País. Lê o texto e vê seus efeitos na sociedade.

Mas, por trás de todo o empenho na negociação na Constituinte, está outra grande preocupação do Presidente da Assembléia: o referendo popular. Ulysses é contra a idéia, que cresceu no mês passado, no Congresso Constituinte, com o projeto de decisão apresentado pelo Líder do PDT, Brandão Monteiro, propondo a realização de um plebiscito sobre o mandato do Presidente Sarney e o sistema de Governo. A preocupação de Ulysses aumentou quando, em sua casa, ouviu vários defensores da idéia, entre eles o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Entendem políticos ligados a Ulysses que o referendo popular está longe de ser um instrumento democrático no Brasil de hoje, como imaginam os "progressistas". Dizem que é uma arma de vários gumes e a que a esquerda tem de se conscientizar de que é a direita que tem, hoje, condições de mobilizar a população.

Mas a tarefa de condutor das negociações que Ulysses diz ter assumido é também disputada. O próprio Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, disse que essa é uma atribuição sua.

— Esse trabalho é meu porque a responsabilidade de fazer um substitutivo é minha.

# Newton condena criação de Estado

BELO HORIZONTE — Durante visita ao Triângulo Mineiro, o Governador Newton Cardoso disse não aceitar a formação do Estado do Triângulo, que tem sido objeto de intensa campanha popular e publicitária. Ele revelou estar investindo pesado na integração da região ao Estado, com a construção da Hidrelétrica de Nova Ponte, o asfaltamen-

to de rodovias e a integração dos links de televisão com as geradoras da Capital.

— Se fosse criado aqui, o novo Estado seria pequeno, menor do que Alagoas, e pobre, pois o Triângulo arrecada apenas 11,6 por cento do ICM mineiro e produz pouco mais do que um por cento do PIB nacional —

argumentou.

Informado de que o movimento de emancipação teria recolhido 200 mil assinaturas — o dobro dos votos recebidos por ele na região — Cardoso condenou a coleta de assinaturas e recomendou aos separatistas que procurassem as lideranças políticas mais expressivas da região, para um amplo entendimento.